



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681297 - SP (2021/0225974-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : VICTORIA DAS EIRAS MONTEIRO  
**ADVOGADO** : VICTORIA DAS EIRAS MONTEIRO - SP406278  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : V F B (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de V. F. B. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (processo n. 2113972-79.2021.8.26.0000).

A impetrante sustenta que o paciente sofre flagrante constrangimento ilegal ante a notória indiferença na condução do feito criminal, tendo em vista a ausência de adoção de diligências necessárias para o regular andamento do feito.

Requer, liminarmente, o reconhecimento do excesso de prazo. No mérito, pugna pela concessão da ordem para relaxamento da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente